

- 3 JUL 1985

Vontade e Decisão *Jarney*

JORNAL DO BRASIL

A Nação exige do Presidente José Sarney atos de grande coragem política para se sobrepor ao clima de imprecisões, indefinições e vaivém que estão se transformando em marca registrada da economia da Nova República, antes mesmo que esse conceito de vida nacional, que tantas esperanças reuniu, passe da retórica à realidade.

Imprecisões e indefinições são o que assistimos em episódios somados desde o Sulbrasilero, passando pela crise do BNH e desaguando, agora, na tabela do Imposto de Renda na fonte. Em todos os casos, o fim do túnel reservou sempre uma saída para o ataque ao bolso dos contribuintes, enquanto o Estado preserva a sua banha e os burocratas realimentam as raízes de um poder intocável.

Quais os problemas brasileiros fundamentais neste momento, além da inflação e do déficit público? A dívida externa, por acaso? Não será verdade que uma classe exportadora operosa está gerando superávit ano após ano e demonstrou a sua capacidade de produzir soluções externas para os problemas da dívida?

O grande problema nacional é hoje a situação interna; o problema doméstico, que significa rearrumar uma estrutura econômica altamente dependente do Estado nos mais variados segmentos da vida econômica, e que se reflete no elevado nível de endividamento estatal, ou na baixa eficiência de amplos segmentos de serviços ou indústrias.

Todas as formas de sofismas estão se alinhando para esconder esses problemas, para escamotear e afastar da opinião pública sua face verdadeira. Há um esforço combinado de todos os estatizantes, uma bem orquestrada presença dos interesses burocráticos dentro da máquina administrativa, e uma propensão — que chega às raias do absurdo — para gastar por conta do bolso do contribuinte. Um absurdo que se traduz no simplismo com o qual se apelou para o expediente de deixar aumentar os recolhimentos das pessoas físicas na fonte, pelo oblíquo método do esquecimento do reajuste das faixas salariais. E por que se tentou fazer isso? Não, certamente, por crueldade fiscal das autoridades fazendárias, mas porque o Governo foi incapaz de avançar com seus cortes nas despesas.

Falta ao Governo, neste momento, a necessária disciplina interna para lidar com os assuntos econômicos. Toda a sociedade já percebeu isto, e sente o alto grau de incoerência que vai da proposta de um ministério a outro. Diante da indefinição, o mercado vai trabalhando **sorto**, e cobrando preços altos como defesa para o que **pode** ser, no futuro, uma nova punição para a iniciativa privada. Para se defender do **stop and go** o empresário reajusta seus preços e antecipa a inflação. É este o risco que estamos correndo agora, mais que nunca, e que irá

se tornar tanto maior quanto mais cresça o coeficiente de indefinições.

Falta o convencimento do Governo de que o grande gerador de inflação é ele mesmo, e sua estrutura produtiva. Falta aos administradores que se escondem detrás de ambições estatizantes o reconhecimento de que já retiraram demais do setor privado, das empresas privadas que foram obrigadas a emagrecer para sobreviver, dos que perderam seus empregos nesse processo e dos que ainda podem ser punidos pela ineficiência estatal.

Falta, sobretudo, o reconhecimento de que, se o Estado se retirar para fronteiras de sua competência — como o atendimento à saúde, à educação, à higiene, serviços essenciais — o setor privado poderá oferecer resultados muitos melhores e mais baratos, pois trabalha com riscos, enquanto as empresas públicas trabalham sem eles, socializando sempre os prejuízos.

Falta aos burocratas a consciência de que o Estado é o grande agente encarecedor das taxas de juros, através dos seus déficits. Falta o convencimento de que enquanto perdurarem as indefinições na área externa, sem uma perspectiva realista de acordo com o Fundo Monetário Internacional, solidamente alicerçada na solução dos problemas internos, a indefinição irá grassando e contaminando a economia. A indefinição irá minando os investimentos privados, e impedindo o afluxo tão necessário de investimentos de capital estrangeiro a prazos longos. E continuará a loucura dos que defendem o endividamento financeiro, a tomada de mais empréstimos, ou simplesmente o calote.

O Presidente deve agir rápido, se quer preservar as raízes já afetadas e abaladas da esperança que nasceu com o que se convencionou chamar de Nova República. Não há mais espaços para indefinições nem idas e voltas. O processo decisório tem que obedecer a uma coerência mínima, na qual o Presidente se preserve como árbitro e não como interventor em cada disputa ministerial em torno do que cortar, onde cortar ou em que bolso do contribuinte enfiar a mão para cobrir as indefinições no primeiro escalão.

O preço da manutenção de um clima como o atual será a perda da batalha contra os preços, a volta da psicologia inflacionária e uma caminhada para o segundo semestre com perspectivas de saneamento da economia inteiramente destruídas. Afinal, o ano ainda não começou para os negócios, nem ninguém se arrisca a planejar com firmeza em quadro tão inseguro. Se o Presidente não impuser um processo decisório ao seu ministério, e se dele não partirem soluções objetivas e coerentes, a Nação terá que pensar, com a necessária rapidez, na reconstrução das bases da Nova República.